

Sobre a mentira: sociabilidade, filosofia e crítica

ON LYING: SOCIABILITY, PHILOSOPHY AND CRITIQUE

*Alysson Leandro Mascaro **

RESUMO

As reflexões filosóficas sobre a mentira são parelhas de disputas e contradições sociais em torno da verdade e da racionalidade. A mentira toma formas históricas e, no capitalismo, sua produção se faz inclusive por aparelhos ideológicos. Lidar com os efeitos danosos da mentira demanda perspectivas filosóficas críticas e ações transformadoras na Ideologia.

PALAVRAS-CHAVE: Mentira; Filosofia; Capitalismo; Má-fé; Crítica

ABSTRACT

Philosophical reflections on lying are parallel to social disputes and contradictions surrounding truth and rationality. Lying takes historical forms and, in capitalism, its production is even carried out by ideological apparatuses. Dealing with the harmful effects of lying demands critical philosophical perspectives and transformative actions within Ideology.

KEYWORDS: Lying; Philosophy; Capitalism; Bad faith; Criticism

* Professor da USP e da UNISA, São Paulo, São Paulo, Brasil; alysson@mascaro.adv.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8113086244535620>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3641-3053>.

Introdução

A história da filosofia e da luta política em torno da verdade clama pela referência de um contraste patente: erigir a mentira como sua contrafação indesejável, identificada, demarcada e nomeada como tal. Ainda que tal pretensão não necessite ser afastada completamente, a mentira se liga a estruturas materiais arraigadas e alheias a delimitações nítidas entre bem e mal: ideologia, interesse, inconsciente. As sociedades da contradição, como as escravistas, as feudais e as capitalistas, são também da contradição da razão, da verdade e do bem. A mentira não é uma escória da subjetividade ou da sociabilidade: é seu material constituinte.

A constatação da mentira como elemento próprio e não apenas como distorção da sociabilidade joga ainda mais drama nos clamores, aspirações e necessidades dos sujeitos, das sociedades e da história. A capacidade destrutiva da mentira é grande e, mesmo assim, não há guia de verdade a se impor de modo sobranceiro e redentor nem garantia de restituição do curso da vida e do tecido social por ela afetado. A mentira é um problema entranhado tanto nas formas sociais quanto nas subjetivações delas advindas. E poder-se-á dizer, agravando a dificuldade de seu manejo, é também, em alguma dose, advinda da própria esfera de forja do sujeito em civilização, numa espécie de condição antropológica de concorrências e buscas de prevalências que atravessa muitas formações sociais na história. O palco do drama da mentira é amplo.

No entanto, não se trata de inscrever a mentira numa pretensa natureza humana que imobilize seu manejo e a luta contra sua ocorrência e efeitos. Acima de tudo, a mentira é um constructo de formas sociais, históricas, dependentes de modos de produção e da forja de suas subjetividades correspondentes, implicando ideologia, modos de

racionalidade, valores, afetos, dores, esperanças e necessidades. É por tal condição social e histórica que se pode dizer que, em sociedades feudais medievais e mesmo modernas, a verdade é divina e a mentira o que lhe é alheio. O mesmo quanto à contemporaneidade, capitalista: razão é mercadoria, e se alguém opuser as boas virtudes como superiores à acumulação, acusando a esta de mentirosa quanto aos reclames humanos e apontando aquelas como a plena verdade por detrás de um pretenso véu propagandístico, esse procedimento é falho. O capitalismo é efetivamente o reino da acumulação, da lucratividade e do domínio do ter. O que passa por verdade superior em face de uma realidade de horror é mentira para essa realidade. Um manual de autoajuda, ensinando alguém a fazer amigos, negócios e influenciar pessoas, é uma mentira aderente a uma realidade. Um livro de filosofia demonstrando as contradições da razão capitalista é uma verdade inoperável à reprodução social existente, pouco enlaçável aos sujeitos a essa sociabilidade submetidos.

Reconhecer a mentira como entranhada no sistema de exploração, dominação e opressão e articulada como plexo decisivo da constituição dos sujeitos leva a compreender um manejo crítico de seus termos como operação ainda mais difícil, o que não implica uma impotência de ação social em face de seu problema. Pelo contrário, abre-se aqui, enfim, a possibilidade de deslocamento da mentira do problema do indivíduo ou da moral para o problema da produção social da ideologia e das verdades, saberes, afecções e crenças. O saber comum do século XX transcorreu afirmado na concepção de uma terra redonda dando volta ao sol. A corrida espacial, os cosmonautas que puderam ver o planeta azul e a chegada à lua reforçaram tal verdade. No século XXI, marginalmente instituiu-se a crença na terra plana. Não se trata apenas de burrice ou estupidez ou maldade plantadas em mentira: aparelhos ideológicos, controlados pelo capital e pelos interesses políticos de

direita, impuseram circuitos de comunicação que propagaram tal compreensão. O mesmo com o tema das vacinas e das ciências de modo geral, o mesmo com a associação do cristianismo e das religiões à violência, à prosperidade e ao domínio político. Antes de especular se seres humanos estão menos ou mais imbecilizados, trata-se de captar quais os aparelhos produtores de saberes compulsórios aos sujeitos na qualidade de veracidade e falsidade. Enquanto o capital os dominar, verdade e mentira são contas estratégicas para o lucro. Qualquer coisa poderá ser verdade ou mentira, desde que o interesse assim a molde.

1. Produções históricas da mentira

Sociedades antigas e tradicionais estabilizaram específicas produções da verdade e específicos mecanismos de demarcação de mentiras. Via de regra, em tais sociabilidades, saberes costumeiros imiscuem-se a aparatos, aparelhos e instituições de domínio como aqueles dos senhorios advindos da força ou da tradição e os das religiões. Massivamente, verdade é o conforme ao interesse dos senhores e ao modo ideológico de compreensão de mundo religioso. Tais aparelhagens de domínio tanto constituem os sujeitos em seus padrões ideológicos quanto, ainda, criam os mecanismos de controle do que se lhes apresenta como mentira e indesejável. Confissões, inquisições, excomunhões e penas variadas são instrumentos de manejo daquilo que tenha sido construído socialmente como ausente de verdade.

Pela história de milênios, o conjunto de produções da mentira se perfez nas relações quotidianas, e isso mediante práticas e ferramentas mais basilares – distorções deliberadas, fofocas, segredos, má-fé. Esse conjunto é tanto aderente aos aparelhos gerais de produção e controle da verdade quanto, ainda, relativamente contraditório em face deles. A

produção e a transmissão de mentiras comezinhas se fazem num contexto ideológico produzido pelos poderes senhoriais e religiosos. Daí, a mentira é algo somente possível a partir de balizas de verdade já dadas. Mas, ao mesmo tempo, também se podem produzir e circular mentiras a contrapelo das verdades oficialmente postas e instaladas. O arco das possibilidades da mentira vai desde a mais cruel perseguição com base em estruturas ideológicas até à tentativa mais desesperada de escapar de seus ditames.

A própria natureza dos dispositivos tradicionais e antigos de mentira faz com que seus aparelhos ideológicos e repressivos correspondentes sejam moldados às suas peculiaridades. Naquilo que se estabiliza em relações microfísicas – fofoca, maledicência –, a mentira será controlada mediante confissões às instituições religiosas sob pena de desgraça no inferno. Naquilo que se estabiliza em objetos de maior circulação e impacto – aulas, sermões, livros –, a mentira será controlada mediante cerceamentos institucionais mais amplos, a exemplo das inquisições e do controle da publicação de obras. Pecado, fogueira e Índex são alguns dos meios tradicionais e antigos de controle das reputadas mentiras primárias e microfísicas. (Mascaro, 2025, cap 1)

2. Produções da mentira nas sociabilidades capitalistas

Nas sociedades capitalistas, a mentira se requalifica em razão de duas ordens de mudanças: tanto aquelas nas relações de produção e das formas sociais quanto aquelas nos meios de produção. Modos de sociabilidade e tecnologias perfazem, em conjunto e sob a primazia dos primeiros, uma nova configuração do problema da mentira nas sociedades atuais.

O controle imediato de senhores feudais ou de escravizados dá lugar, no capitalismo, a relações sociais difusas e demandantes da direta declaração de vontade dos agentes da produção a elas submetidos. Liberdade e igualdade, seus dísticos idealizados, são na verdade circulação econômica e equivalência jurídica entre sujeitos desiguais para a exploração de um pelo outro. O assujeitado se converte em sujeito de direito. É pela esfera do indivíduo, então, que se assentará o imediato do controle da verdade e da mentira: declaração, assinatura, promessa, contrato. A individualidade é erigida como átomo da sociabilidade e por ela passa a pactuação da verdade e a declaração de boa-fé que afaste a mentira. No central, a verdade passa a ser uma formalização intersubjetiva. (Mascaro, 2024)

Ocorre que a pulverização das forjas da verdade leva o rechaço à mentira a ser institucionalizado sob novas formas. A individualização dos contratos mediante autonomia da vontade faz com que a quebra contratual seja controlada por uma força terceira à dos próprios agentes econômicos. O Estado se erige como forma social e inextrincável do capitalismo: um ente distinto de capitalistas e trabalhadores assalariados que, no entanto, não lhes é neutro. Trata-se de um meio de institucionalização e monopolização do poder político constituído a benefício da acumulação, da propriedade privada e da manutenção das condições da produção e da circulação sob as formas do capital. O Estado não é um burguês nem uma cópia exatamente duplicada da burguesia; é, no entanto, inexoravelmente capitalista. (Mascaro, 2013)

Será então em torno do Estado, mediante normas jurídicas e a forma do direito, que se assentará o controle da verdade e da mentira no capitalismo. Instituições são criadas para tanto, apartadas imediatamente de burgueses e trabalhadores, mas sempre aderentes à materialidade da reprodução social capitalista. Se as antigas e tradicionais produções da mentira se mantêm, agora elas são também requalificadas: a mentira

oficializada pelo Estado e pelo direito terá peso de veracidade. O capitalismo não afasta os plexos de produção e controle de verdade e mentira emanados de contextos religiosos e senhoriais diretos: a eles soma – e faz tomar prevalência – a produção e o controle estatais e jurídicos.

O fundamental da produção e do controle da veracidade se dá mediante as relações de produção. Mas, no capitalismo, dá-se ainda a articulação da verdade e da mentira com forças produtivas específicas. Novas técnicas e tecnologias se apresentam: jornais, rádios, televisões, internet, algoritmos – o que constitui o conjunto dos aparelhos ideológicos de comunicação de massa –, escolas, universidades, mercado editorial, ciências. Esse conjunto massifica a produção e a circulação de saberes que constituem esferas de aceitação de verdade e mentira. Tal conjunto, diretamente aderente à materialidade da reprodução econômica e social, forja o arcabouço ideológico da sociedade capitalista.

As forças produtivas da mentira ganham peso decisivo como ferramentais da reprodução social capitalista. Perseguições e destruições até então engendradas por mecanismos primitivos – como a fofoca –, no capitalismo passam a encontrar tecnologias que permitem uma industrialização de seus impactos. Se as relações de produção mudam as formas de subjetivação, as forças produtivas – tecnologia – moldam inclinações e disposições dessas subjetividades. A mentira tem então, no capitalismo, a possibilidade de se tornar massiva e industrial.

3. Mentira, ideologia e instituições

No fundamental, verdade e mentira se assentam sobre o corpo relativamente estabilizado da ideologia. Esta, por se apresentar como se fora imutável dentro de um tempo histórico, sem que se compreenda sua

natureza histórica, pode ser considerada, nos dizeres de Louis Althusser, Ideologia, tomada aqui, pelos sujeitos constituídos por uma temporalidade, como eterna e incontornável. (Althusser, 1985) Sua inscrição está no inconsciente. Esse arcabouço de compreensão de mundo, valores e afecções – individualidade como medida de si e do mundo, propriedade privada, direitos, liberdade, obrigação contratual, dominância mercantil na vida –, advém de práticas materiais, calcadas na sociabilidade capitalista, e também organiza os sentidos e os conteúdos do que se tem por verdade e mentira.

Tanto quanto a existência de uma divindade – única e onipotente – era tida por verdade em tempos medievos europeus cristãos, e a discordância a isso mentira ou blasfêmia, também uma racionalidade empresarial preside a verdade no capitalismo. Relações e práticas sociais concretas forjam horizontes ideológicos incontornáveis de um modo de produção. Por se tratar de um conjunto calcado em materialidades relacionais, a ideologia se impõe como forma de coerção: a divergência em face de sua racionalidade e de suas afecções é a impossibilidade de laço com o fundamental da sociabilidade dada. (Žižek, 2007; Gillot, 2018; Sampedro, 2023)

Ao mesmo tempo, tal conjunto de práticas sociais, difusas, não é tão variável a ponto de impossibilitar sua própria reprodução. A ideologia se institucionaliza mediante aparelhos ideológicos, organizadores tanto de dimensões basais como a língua, sua oficialização, ensino e manejo, as formas de sustento material e arranjo intersubjetivo imediato, como a família, além do controle de plexos como os das informações e noticiários, por aparelhos comunicacionais, os do saber oficializado e prestigiado, por escolas, universidades, instituições acadêmicas, da afecção valorativa, por religiões, e mesmo estética, por aparelhos produtores e controladores da acepção do belo e agradável, como museus e propagandas comerciais. Se por arranque de

deliberação de vontade um sujeito se põe de modo crítico a alguns desses termos, outros aparelhos ideológicos lhe impõem uma disciplina de saber e afecção que o prendem aos termos gerais do sistema.

Sendo constituída por sujeitos múltiplos em suas práticas materiais, a ideologia, mediante aparelhos ideológicos, tende à convergência, a coesão e a coerção. Trata-se da forma da constituição do saber, não do eventual mérito de seu conteúdo. Verdade e mentira são produções sociais, arraigadas em aparelhos materialmente impositivos. Assim, Eginardo Pires: “Uma ideologia conservadora impera não *apenas* pela força de seus argumentos, mas também pelos recursos materiais de que dispõem as forças a quem ela serve, quando se trata de excluir ou limitar a presença dos que sustentam teses opostas, nos lugares onde se realiza a atividade social de produção e difusão de conhecimentos”. (Pires, 1979, p. 16)

Inseridos em tal enredamento no qual são tanto submetidos quanto partícipes ativos, os sujeitos controlam suas relações intersubjetivas mediante parâmetros ideológicos que lhe dão base, mas, também, por meio de instituições e institutos terceiros que aferem as dimensões de veracidade de tais relações. Aqui despontam, além dos aparelhos ideológicos, também os aparelhos repressivos, via de regra controlados pelo Estado. Cartórios atestam a verdade da declaração de vontade de contratantes, a propriedade privada e chancelas como a do nascimento, maternidade e paternidade e morte. Judicialmente, disputas e contendas em torno da verdade e das manifestações de mentira como a calúnia se convertem em decisões acerca de uma veracidade a partir do poder judiciário estatal. No capitalismo, controla-se a verdade mediante aparelhos do Estado e do direito. No limite, a verdade se torna declaração do poder.

O saber da verdade e da mentira, então, procedimentaliza-se e se controla por meio de esferas de chancela externas aos sujeitos, aos fatos,

às circunstâncias e aos termos imediatamente envolvidos nas eventuais divergências intersubjetivas. De um lado, sustenta-se o que se tem por verdade e por mentira pelas práticas que constituem a ideologia e pelos aparelhos ideológicos que a conformam em dinâmicas controláveis; de outro lado, o que escapa de tal conformidade é dirimido pela forma política estatal e pela forma jurídica.

4. Mentira e má-fé

O caso mais nodal da manifestação da mentira é aquele que envolve a deliberada disposição de empreendê-la: a má-fé. Aqui, com virulência, residem seus impactos extremos e decisivos. A intenção em afirmar a mentira escapa das métricas de aproximação a possibilidades de confusão com a verdade, como é o caso da Ideologia e da produção mediante aparelhos ideológicos. Ainda que se possam sobrepor camadas de inclinação voluntária com outras advindas de compreensões e valores sociais, na má-fé há um núcleo decisivo de mera disposição da subjetividade. Em tal situação, interesse, capricho e pulsão de destruição organizam o dínamo da mentira.

Duas chaves se abrem para a motivação da má-fé: uma delas eminentemente intersubjetiva, outra advinda do recôndito do sujeito. No campo da relação do sujeito com os demais, o interesse desponta como motor da mentira. Em sociedades de exploração, dominação e opressão, como a capitalista, a má-fé é instrumento valioso para a prevalência. No outro campo, do recôndito da subjetividade, capricho e pulsão de destruição são seus elementos motores. Ancoram-se aqui a determinação pelo inconsciente e as formas de organização psíquica.

A psicanálise compreende a mentira como um dos elementos decisivos da constituição da própria subjetividade.¹ O falseamento impera materialmente sobre o declarado. O oculto tem prevalência sobre o sabido e controlado. O inconsciente determina o consciente, e não o contrário. A má-fé, arrojo deliberado, advém não só de um capricho voluntário e optativo, mas de forças subjetivas que têm na mentira uma forma de manifestação e, mesmo, uma solução irresistível de economia psíquica. Lançar-se à má-fé é obter gozo com o perfazimento de tal dispositivo. Não se trata de um erro ou de uma má inclinação que uma boa consciência pudesse aplainar ou conter, mas de um dinamismo de prazer, tendo por correlato a destruição ou o sofrimento de outrem.

O inconsciente, amoral, é produtor estrutural e constante de desejo. Tal esfera é a constituinte decisiva da má-fé. Aquilo que não se pode recalcar ou reprimir emerge como pulsão incontornável. O consciente não é uma desdobra racional do inconsciente, bem como práticas não são derivas lineares do querer. No sujeito, há hiância, vazio e falta que se manifestam de múltiplos modos; nenhum deles é uma desdobra exata do desejo em estratégias plenamente racionais. (Lacan, 2008) A má-fé se apresenta como disposição tendente à satisfação de gozos que, socialmente e até pelas instâncias repressoras do próprio sujeito, como o superou, via de regra seriam ocultas, rechaçadas ou bloqueadas. Um manejo da subjetividade em face de sua má-fé, então, não se faz mediante moralizações, letramentos ou responsabilizações que operem em conclames à consciência. Não são apenas as armações da vontade que perfazem a má-fé: ela se inscreve em instâncias do inconsciente, cujo tratamento envolve uma elaboração outra da própria

¹ Fornece importante síntese a esse respeito a conhecida proposição de Jacques Lacan de que a verdade tem estrutura de ficção. Cf. Lacan, Jacques. *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995. Elia, Luciano. *A ciência da psicanálise*. São Paulo, Edições 70, 2023.

subjetividade, seus horizontes e propósitos. O manejo da má-fé é o difícil manejo do desejo e das repressões.

A má-fé lança, à mentira, sua angulação mais devastadora. A intencionalidade de mentir não é a confusão, a distorção ou a diferença intersubjetiva de perspectivas. Tampouco é apenas o desdobrar tendencial da Ideologia. Todos esses fatores podem também ser coadjuvantes, mas a má-fé é uma disposição em vista de gozo, cujas raízes se inscrevem no inconsciente. A aberta e deliberada mentira granjeia o poder de causar estragos irreversíveis aos sujeitos e sociabilidades que lhe sejam vítimas. A vida conhece, nos casos em que é atravessada pelas consequências da mentira caprichosa, condensações de dores insuportáveis e muitas vezes irreversíveis.

5. Filosofia e mentira

O quadro de gravidade, reiteração e condição estrutural da mentira impõe à filosofia interpelações necessárias que resvalam em distintas visões e leituras a respeito do fenômeno. Em torno da mentira e seu tratamento, as leituras filosóficas são múltiplas, mas conheceram, historicamente, coesões e decantações ideológicas correspondentes aos modos de produção e às sociabilidades neles dadas. No quadro da antiguidade greco-romana a ocupação a respeito do ser, sua natureza e sua veracidade eram as tônicas para a denegação da mentira. Nas filosofias medievais europeias, dá-se um deslocamento em face dos problemas filosóficos antigos quanto à verdade e à mentira: tal questão se defronta com as referências da teologia. Verdade e mentira dizem mais à conformação a dogmas e postulações metafísicas que a controles de inferência ou conformidade à natureza das coisas.

As filosofias da modernidade também operam outros deslocamentos, suplantando a dicotomia *physis*/teologia no tema da mentira. Entra em cena a busca de uma racionalidade manejável e controlável pelos indivíduos. A pretensão de controle da verdade pelo conhecimento se levanta como dístico fundamental. Racionalismos, empirismos e, em sequência, variados idealismos consolidam o quadro de filosofias almejantes a uma racionalidade ao mesmo tempo controladora e controlável. Immanuel Kant, negando um suposto direito de mentir com base em sua proposição do imperativo categórico, é o exemplar máximo de um normativismo ético burguês. “Ser verídico (honesto) em todas as declarações é, portanto, um mandamento sagrado da razão que ordena incondicionalmente e não admite limitação por *quaisquer consequências*”. (Kant, 1992, p. 176)

Ainda que a proposta moral kantiana contra a mentira tenha sido objeto de polêmica no próprio campo filosófico burguês – éticas ainda de prudência, mesmo que liberais, como a de Benjamin Constant, contestaram-na abertamente –, seu normativismo de pretensões racionais universais, inflexível, é um modelo para a racionalidade burguesa e para a abominação, por parte dela, da mentira na declaração pessoal, no vínculo contratual e nos negócios e relações em geral. No tempo em que o capitalismo assenta seus alicerces, rompendo tanto com a filosofia política antiga quanto com as coerções teológicas feudais, a demanda filosófica passa a ser por um saber com vistas ao domínio da natureza e das relações intersubjetivas, transplantando o modelo de leis naturais para normas éticas, jurídicas e econômicas. Mercadoria, contrato e propriedade geram o eixo pelo qual a verdade se assentará, sendo a mentira uma escória indesejável desta.

Na contemporaneidade, as possibilidades de leitura filosófica acerca da mentira se abrem a perspectivas concretas e radicais. Visões filosóficas distintas se apresentam, concomitantemente, como

possibilidades de compreensão da razão e da sociedade. Seus pressupostos, referências, desenvolvimentos e implicações são plenamente divergentes e contrastantes entre si. Numa proposição de que a filosofia contemporânea pode ser compreendida a partir de três grandes caminhos (Mascaro, 2024, caps. 12 a 15), aplico aqui suas distintas balizas ao problema da mentira, resultando, daí, também distintas localizações, recortes e consequências sobre o tema. De um lado, mantém-se o padrão moderno, desdobrado em conhecimentos analíticos cuja técnica é de utilidade à própria reprodução social capitalista. Denomino a essa perspectiva filosófica de tecnicista, liberal ou juspositivista (Lecourt, 2018). Em distinção a ela, uma série de outras filosofias toma a mentira e a verdade em nuances, não tão contrastadas nem facilmente aferíveis em termos exatos. Levando-se em conta um saber construído historicamente, em perspectiva existencial, muitas vezes em confrontos e oposições entre si, consolidam-se leituras filosóficas de cariz não-tecnista, não-liberal, não-juspositivista. Do arco que vai de Nietzsche a Heidegger, alcançando ainda proeminência com pensadores como Gadamer, a mentira não é uma mera escória ou negativo da verdade. A própria possibilidade da verdade está em causa. (Gadamer, 2014)

Já em outro caminho filosófico, o problema da mentira alcança elaborações mais radicais. No horizonte da crítica, a partir do marxismo, a mentira e a verdade são pensadas no quadro de sua produção social. A constituição da subjetividade, sua determinação material, a racionalidade mercantil, a historicidade da ideologia e, ao mesmo tempo, sua opacidade e a-historicidade aos que por elas são atravessados e a forjam, além dos aparelhos ideológicos, tal conjunto permite compreender a verdade e a mentira como fenômenos tanto material e historicamente engendrados quanto, ainda, estruturalmente ligados aos modos de produção e às formas da sociabilidade. O processo de veracidade, então,

passa pelos quadrantes da apreensão da totalidade estruturada, tendo em vista a cientificidade dos termos de sua constituição, produção e reprodução.

Em tal perspectiva filosófica crítica, a mentira também não é compreendida como escória de uma verdade almejada, mas como material estruturante dos processos de subjetivação e de sociabilidade. Neste sentido, as perspectivas filosóficas não-tecnicistas, não-liberais, aqui se aproximam. No entanto, em diferença destas, o marxismo não repousa a determinação numa intersubjetividade incapaz de processos de objetivação ou numa situação existencial no limite indeterminável. Verdade e mentira, sociais e históricas, são fenômenos concretos, produzidos subjetiva e socialmente e, portanto, passíveis de cientificidade, desde que se rompam os termos de uma racionalidade técnica e reflexa da própria reprodução capitalista. Verdade e mentira são passíveis de apreensão crítica. (Adorno, 1985; Althusser, 2015; Althusser, 2023; Mascaro, 2020)

No quadro de um caminho filosófico crítico, ao marxismo se soma a psicanálise. Também se dá aqui o rompimento com uma veracidade pretendida universal e objetiva, para a qual a mentira fosse seu correspondente negativo. A psicanálise, ocupando-se da constituição da subjetividade e de sua natureza social, abre, tal qual o marxismo com a determinação pelo modo de produção, um grande continente não-controlável pela racionalidade imediata, técnica, quantitativa: o inconsciente. Tanto quanto o modo de produção e a ideologia, o inconsciente se inscreve numa ordem qualitativamente distinta daquela de uma veracidade e de uma mentira imediatas. Mas, para a psicanálise, o inconsciente não é apenas uma esfera longínqua, nem uma espécie de negativo do consciente. É, acima de tudo, o produtor último e inexorável da própria subjetividade. O desejo não se molda aos ditames e aos reclames da moralidade consciente, mas o contrário. Assim sendo, a

veracidade e a mentira não se compram pela moeda de face da pretensão de racionalidade e consciência: atravessam-se e se imiscuem no complexo basal do inconsciente.

Três caminhos da filosofia contemporânea são, assim, três caminhos distintos do modo de perspectivar o tema da mentira. No campo tecnicista, liberal, dá-se uma redução do saber verídico ao controle formal do processo de sua obtenção. O que se prova ou afere de modo analítico, muitas vezes matemático ou estatístico, é tido por verdade; mentira, o que não passa por tais controles. No campo não-tecnista, não-liberal, a própria demarcação de verdade e mentira se supera, dada a proposição de uma existencialidade em situação na qual tais termos pretendem se afirmar. Marxismo e psicanálise, saberes concretos via de regra rechaçados pelos padrões analíticos da filosofia, tidos por estes como não-científicos, são, contudo, os que permitem tanto a apreensão da produção histórico-social da mentira quanto, ainda, a própria elaboração de seus termos problemáticos e seu manejo radicalmente consequente.

6. Filosofia e manejos da mentira

Os três caminhos filosóficos da contemporaneidade, defrontados com a temática da mentira, possibilitam também a compreensão de três grandes eixos de encaminhamento e manejo de tal questão. Tecnicismos (liberalismos), não-tecnicismos (não-liberalismos) e crítica, assentando postulações distintas acerca da problemática da mentira, revelam diferentes modalidades de ações de contenção ou de enfrentamento de seus males, seja em âmbitos individuais, intersubjetivos ou políticos.

Se se toma filosoficamente a mentira em perspectiva tecnicista ou liberal, há a pretensão de que se possam firmar critérios patentes de

veracidade. O controle da discursividade, da adequação das narrações aos fatos e busca por plataformas comuns de linguagem e consenso têm, aqui, peso decisivo. A procedimentalização da argumentação e dos conflitos a ela subjacentes encaminha a valorização de espaços institucionais de controle da mentira. O direito, os tribunais e os aparatos estatais – de fóruns a cartórios – assegurariam balizas de sagração formal da verdade e da mentira. A contenda em torno da mentira é resolvida processualmente, tomando-se tal procedimentalização num nível muito estreito e instrumental, como decisão de poder de autoridade institucionalizada para dirimir conflitos a seu respeito.

Pelas perspectivas não-tecnicistas e não-liberais, a mentira se apresenta como dado entranhado de uma condição existencial situacionada. Nas proposições de Hans-Georg Gadamer, o próprio assentamento da verdade e da mentira se faz mediante concepções devidas diretamente à historicidade e à sociabilidade do sujeito. Uma hermenêutica da mentira é, então, uma elaboração não externa, não sagrada a partir de instituições ou aparatos burocráticos de veracidade, mas um processo de enlaçamento existencial. No limite, uma impossibilidade. Pelas vertentes mais extremas e menos caritativas dessas filosofias não-tecnicistas e não-liberais, verdade e mentira são resultados da vontade de poder.

Os caminhos filosóficos críticos, a partir do marxismo e da psicanálise, revelam extrações e se prestam a proveitos radicais acerca do manejo da mentira. Quanto à subjetividade e à intersubjetividade, a psicanálise abre ângulos sobre as origens ocultas de veracidades e falseamentos. Antes de atentar a uma pretensa objetividade mensurável de per si, o manejo da mentira é um processo de implicação dos sujeitos nela envolvidos, sejam seus produtores ou alvos. Alcançando camadas do inconsciente e revolvendo-as, a psicanálise permite deslindar o itinerário histórico de certezas e disposições de má-fé. O deslocamento

do especificamente factual ou declarado para o quadro de sua manifestação sintomal descomprime uma tensão até então redutora da veracidade ao seu objeto imediato.

A compreensão da estrutura social e da produção das verdades e mentiras tem no marxismo seu mais alto potencial de manejo crítico. No que tange às condições estruturais de constituição da subjetividade, a determinação pelas relações de produção faz com que, sob o capitalismo, verdades e mentiras tenham tanto temáticas consolidadas quanto, também, formas de aferição validadas. A individualidade, a propriedade privada, o contrato, sob domínio da mercadoria, são objetos centrais de legitimação da verdade; o que os nega, mentira. Verdades como a legitimidade de ter por direito são decisivas na coerção das relações sociais capitalistas. Constituem o cerne do conjunto de saberes, racionalidades, afecções e aspirações da Ideologia.

O manejo da Ideologia e de suas verdades e mentiras é o ponto nevrálgico da crítica nas sociabilidades capitalistas. Aqui a veracidade se desloca, definitivamente, do campo da subjetividade para o da materialidade das relações sociais. Em acepções filosóficas liberais ou não-liberais, o enfrentamento do complexo ideológico se daria por clamores de consciência, moralistas, ou por ímpetos de vontade. A partir do marxismo, rompe-se com pretensões conscientizadoras, moralizadoras ou crenes no poder do voluntarismo. As práticas da produção e suas respectivas relações intersubjetivas geram coerções estruturais. Estas constituem os sujeitos, constituidores dessas mesmas práticas. A Ideologia só pode se romper com câmbios estruturais nessas práticas produtivas e suas relações e coerções. Assim, não se trata disputar consciências subjetivas no seio de uma sociabilidade dominante, mas de alterar as formas de produção dessa própria sociabilidade.

Contra os padrões de mentira e verdade, ligados diretamente à Ideologia, pouca eficácia têm as tentativas de esclarecimento e

letramento ou clamores morais. Abre-se, então, o impasse político do enfrentamento da mentira: a denúncia da inverdade de fenômenos como meritocracia, eficácia da autoajuda, cura mediante crença religiosa, insurgência contra vacinas, criacionismo ou terraplanismo não enlaça nem motiva; ao contrário, esclarecimentos a seu respeito levam ao seu rechaço pelos que por tais parâmetros pensam, creem ou se movem. Isso porque verdade e mentira não são apenas balizas de saber. O complexo da Ideologia é também de afecção, valores e sentimentos. Perfilhar-se ao lado do criacionismo, do terraplanismo ou da cura mediante fé é alinhar-se ao divino, ao sagrado, ao agrupamento dos melhores moralmente, das pessoas direitas porque de direita, de bem porque de bens, dos salváveis. Proposições de verdade material acerca da exploração econômica, do mais-valor ou da acumulação, ainda que científicas, não encontram engate com a vida quotidiana de quem trabalha para buscar sobreviver, sem plenamente o conseguir.

A Ideologia advém de práticas que, mantidas, sustentam então padrões de mentira e verdade e afecções que lhes sejam correspondentes. Além disso, a Ideologia se condensa e se consolida mediante aparelhos ideológicos. Saberes, apelos e afetos são controlados por instâncias múltiplas e sempre aderentes à reprodução do capital: família, escola, religião, universidade, meios de comunicação de massa, tecnologias de controle da informação, algoritmos. Uma das hipóteses mais concretas de enfrentamento da mentira como Ideologia é o do enfrentamento dos próprios aparelhos ideológicos. Neste campo, materialidade se defronta com materialidade, poder contra poder.

No limite, a mentira de um tempo histórico só se vence com a superação desse próprio tempo histórico. O combate estrutural à mentira estrutural é a revolução.

7. Mentira e sentido

O enfrentamento crítico à mentira é um chamado a superar as formas de sociabilidade que a promovem e as constituições ideológicas que a consagram. Mas é, ainda, um reclame para administrar e manejar também a imediatidade de aspirações e sofrimentos dos sujeitos que nas tramas da mentira sejam envolvidos. Se se infere que somente a superação de um tempo histórico é capaz de constituir outra forja de subjetividades, compreensões e valores para a produção da verdade e o afastamento da mentira, também se infere que a defrontação com o impacto imediato da mentira é desesperadora e, mesmo, geradora de colapso ao sujeito e à sociabilidade correspondente. Clama-se, então, por disposição de sentido imediato contra a mentira.

Quando as contenções em face da eclosão da mentira, buscando a cessação e a reversão dos seus efeitos, não alcançam resultado suficiente, o recurso mais sofisticado de sentido em face da tragédia de sua manifestação é o apontamento à história, entregando a ela o restabelecimento da verdade. O resgate futuro da verdade e a reposição posterior dos termos conflagrados são a última esperança para suportar a presentificação da mentira. Também aqui tal esperança de resgate ou redenção só pode se apresentar como um horizonte factível se forjada dialeticamente.

A expectativa de afirmação da verdade, ainda que tardia ou não-coetânea à devastação promovida pela mentira, é a espera de que outras condições sociais e históricas, com outros agentes, imbuídos de maior apreço pela verdade e menor compromisso com os interesses mentirosos, levem a uma redenção futura dos que pela mentira tenham sido atravessados. Tal grau de esperança é elemento ideológico organizador tanto das subjetividades de perseguidos quanto de conclames políticos e

teológicos em favor dos injustiçados. Um dos maiores símbolos de promessa redentora são as orações finais atribuídas a Jesus nas chamadas bem-aventuranças do Sermão da Montanha (Mt 5:10-12): “Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da verdade, porque deles é o Reino do Céu! Bem-aventurados sois vós quando vos perseguem, quando vos injuriam e, mentindo, fazem todo mal contra vós por minha causa. Exultai e alegrai-vos, porque é grande o vosso galardão no Céu!”

Em chave contemporânea, deslocando o messianismo para as mãos humanas, Walter Benjamin, em suas *Teses sobre o conceito de história* (Benjamin, 1994, p. 222-232), é talvez o mais destacado pensador crítico a vislumbrar tarefas de redenção, pela ação revolucionária, dos tombados do mundo. Tal força messiânica, que rememore e redima, se faz em luta, a contrapelo da própria dinâmica histórica, contra o fluxo da barbárie. Os atravessados pela mentira, se não conseguem a contenção do mal ou a reparação do sofrimento imposto, terão nos lutadores futuros aqueles que podem estabelecer uma justiça histórica.

Que a verdade seja lançada como meta e sentido para a resistência e o enfrentamento, grande parte das lutas contemporâneas assim a requereu. Exemplar de tal aspiração é a batalha contra a mentira no chamado Caso Dreyfus. O militar francês Alfred Dreyfus, acusado injustamente de traição, num caso rumoroso de erro político e judicial, tornou-se uma das mais célebres vítimas da mentira, imposta ainda como maquinário institucional contra si. Émile Zola, no final do século XIX, empresta toda sua fama e sua reputação a defender, a contrapelo da opinião política francesa, tal perseguido. O texto principal da campanha pública de Zola por Dreyfus, *J'accuse*, torna-se um dos mais destacados símbolos da luta contra a mentira. Tal texto teve por subtítulo e lema “a verdade em marcha”. (Zola, 2020)

A expectativa de que a verdade se ponha em marcha é um comando de ação a partir de uma esperança norteadora da luta e amalgamadora de quem se ponha em batalha contra a mentira. O conclave pela verdade, muitas vezes, é o mais sofisticado modo de agir em face da impossibilidade concreta: abre-se o clamor à história. Também aqui se trata de uma esperança com concretude apenas relativa. Enquanto os mesmos padrões de produção ideológica e as mesmas formas de coerção social se mantêm, a história não se resgata nem se afirma plenamente. O mais notório exemplo de clamor à história futura foi proposto por Fidel Castro. Ao final de seu julgamento, quando sob o jugo da ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, ele próprio proclama em sua defesa: “a história me absolverá”.(Castro, 2001)

É certo que, com a Revolução Cubana, a história absolveu e resgatou Fidel Castro. Mas, ao mesmo tempo, essa revolução não impôs uma narrativa ideológica bastante para se perenizar e se universalizar. Pelo mundo, a absolvição de Fidel continua sendo uma história apenas da vanguarda crítica. Massivamente, ao contrário, os aparelhos ideológicos do capitalismo, em especial a partir dos EUA, desde então operam para a detração da figura de Fidel e da revolução por ele liderada. Se em alguns momentos e em alguns setores se pôde perceber uma produção de verdade sobrepujando a mentira quanto ao caso específico de Fidel, até hoje, no entanto, o estrutural da produção da mentira faz com que a história não o absolva efetivamente. A reconstrução futura da verdade contra a mentira é uma esperança; trata-se de um norte de luta.

Enquanto não se supera o padrão ideológico que consolida seus próprios conteúdos de verdade e mentira, a história não absolve quem por esse padrão é destruído. Não havendo céu, os que tombam sob o jugo da mentira não recebem galardões. Exultação e alegria são propriedades do futuro, caso as lutas contra a mentira um dia se tornem vencedoras. A

verdade em marcha apenas pode ser a transformação das condições estruturais de veracidade e mentira. A verdade em marcha é a marcha de tomada da escrita da história.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas, Ed. Unicamp, 2015.

ALTHUSSER, Louis; LECOURT, Dominique. *Lênin e a filosofia: materialismo, dialética e a crise nas ciências*. São Paulo, LavraPalavra, 2023.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito de História”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CASTRO, Fidel. *A história me absolverá*. São Paulo, Expressão Popular, 2001.

ELIA, Luciano. *A ciência da psicanálise*. São Paulo, Edições 70, 2023.

GADAMER, Hans-Georg. *A razão na época da ciência*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis, Vozes, 2014.

GILLOT, Pascale. *Althusser e a psicanálise*. São Paulo, Ideias & Letras, 2018.

KANT, Immanuel. “Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade”. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa, Edições 70, 1992.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

LECOURT, Dominique. *A filosofia das ciências*. São Paulo, Ideias & Letras, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crítica do Cancelamento*. São Paulo, Contracorrente e 247, 2025.

MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo, Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do Direito*. São Paulo, GEN-Atlas, 2024.

MASCARO, Alysson Leandro. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo, GEN-Atlas, 2024.

MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório*. São Paulo, Contracorrente, 2020.

PIRES, Eginardo. *Valor e acumulação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SAMPEDRO, Francisco. *Louis Althusser*. Marília, Lutas anticapital, 2023.

ŽIŽEK, Slavoj. “O espectro da ideologia”. In: *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

ZOLA, Émile. *J'accuse: a verdade em marcha*. Porto Alegre, LP&M, 2020.